

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO INSTITUIÇÕES EM ANÁLISE

LUCIANI FONTOURA DE CAMPOS

**O EXERCÍCIO DE TORNAR-SE UM  
ANALISTA INSTITUCIONAL**

Porto Alegre  
2014

**LUCIANI FONTOURA DE CAMPOS**

**O exercício de tornar-se um  
Analista Institucional**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul como exigência parcial para obtenção do título de Especialista em Instituições em Análise sob orientação da Professora Doutora Patrícia Gomes.

Orientadora: Dra. Patrícia Beatriz Argôllo Gomes Kirst

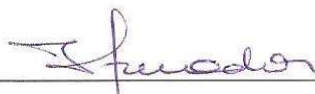
Porto Alegre  
2014

LUCIANI FONTOURA DE CAMPOS

**O EXERCÍCIO DE TORNAR-SE UM  
ANALISTA INSTITUCIONAL**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul como exigência parcial para obtenção do título de Especialista em Instituições em Análise sob orientação da Professora Doutora Patrícia Beatriz Argôllo Gomes Kirst.

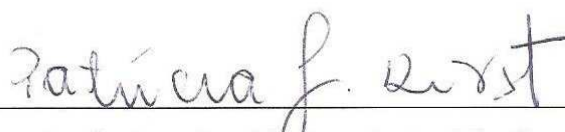
APROVADA: 02 de março de 2015.



---

Prof. Dra. Fernanda Spanier Amador

Coordenadora do Curso de Especialização em Instituições em Análise  
(UFRGS)



---

Prof. Dra. Patrícia Beatriz Argôllo Gomes Kirst

Orientadora

---

Dedico esse trabalho a meu filho Caio, fonte inesgotável de sabedoria e que tem me ensinado a ser uma pessoa melhor, que me mostra a cada dia de nossa viagem juntos que tudo é válido quando feito com intensidade, sinceridade e desejo de melhorar o mundo;

A todos aqueles que, em algum momento, mesmo sem saber, foram minha “tábua de salvação” ou fizeram o papel de pontes em algumas travessias;

A todos aqueles que experimentam o exercício de tornarem-se analistas institucionais gerando encontros potentes e questionadores. Bons encontros, compostos de um fluir infinito de afetos experimentados, que provocam acontecimentos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha orientadora, mestra, amiga e parceira, Profa. Dra. Patricia Gomes, por aceitar essa proposta de monografia, pelo longo caminho que tomamos durante a orientação e acima de tudo pelo importante papel que tomou como profissional em minha vida. Uma professora extremamente ética e adepta à construção coletiva, foi com ela que aprendi que o conhecimento não se constrói só, é construído e reformulado pelo coletivo, que o papel do professor é o de facilitar e direcionar caminhos. Obrigada por me proporcionar momentos inimagináveis, tanto no que diz respeito à minha formação profissional e de cidadã, quanto no que se refere à compreensão do outro, sempre gentil e leve, com sua energia contagiante.

A maior riqueza  
do homem  
é sua incompletude.  
Nesse ponto  
sou abastado.  
Palavras que me aceitam  
como sou  
- eu não aceito.  
Não aguento ser apenas  
um sujeito que abre  
portas, que puxa  
válvulas, que olha o  
relógio, que compra pão  
às 6 da tarde, que vai lá  
fora, que aponta lápis,  
que vê a uva etc. etc.  
Perdoai. Mas eu  
preciso ser Outros.  
Eu penso  
renovar o homem  
usando borboletas.

(Manoel de Barros)

## RESUMO

Neste ensaio, discorreremos sobre o exercício de tornar-se um analista institucional. Tal exercício é um acontecimento que está no ato criador, que abole parcialmente em momentos pontuais rótulos, classificações, verdades absolutas que compõem hierarquias. O analista precisa se implicar nos processos, percorrer os movimentos das forças e formas que compõem o que conserva a instituição. Há de se habitar uma ilha, olhar o mundo com uma mistura de admiração, estupefação, estranhamento e curiosidade insaciável que traz solidão produtora de singularização de si e de coletivos. Há, ainda, de estar em auto-análise neste mesmo instante, analisar o ponto de vista que nos ocupa: a instituição. Devemos fazer uso da sua potência de luta de autoconservação, com todo o esforço de perseverar no risco. Roubar a autoconservação para enfrentar o extemporâneo. Não temer o esgotamento. Discutiremos, também, o conceito de multidão, pois o ofício do analista diz de movimentos que possam dar conta das flutuações que habitam o sujeito na instituição e que pode abandonar o plano de mudar. Multidão não dura. É Desertora das pequenas ilhas de mudanças. Mas faz uma experiência que possa germinar em conhecimento, criatividade, inteligência coletiva, engajamento subjetivo e responsabilidade. Ou entrar em linha de abolição, principalmente daquele que convoca a multidão que vai contra o poder de cima ou patriarcado. Neste caminho, vamos nos deparar com mais uma missão: investir na construção de raras e heroicas horizontalidades. Já que, com as forças da multidão, a análise institucional torna-se um empreendimento biopolítico, que arregimenta capacidades produtivas em determinado contexto social e, em última instância, a promoção de igualdade. Pensar que nos tornamos analistas institucionais é um respeito ao que está instituído, entretanto sem temer em inovar e aceitar os desafios que as instituições estão a todo momento clamando: chega do mesmo, chega do sempre. E para isso é necessário coragem, senso de oportunidade e uma verve intervencionista que se constrói em um plano existencial ético-estético-político de experimentação no limite de nós mesmos, nos aceitando como parte e estrangeiro de certa ordem, que se desfaz e refaz nas linhas de fuga que vazam nos acontecimentos que nos arrastam e fazem renascer.

Palavras-chave: analista institucional, acontecimento, multidão, biopolítica.

## ABSTRACT

In this essay we will address the exercise of becoming an institutional analyst. Such exercise is an event that relies on the creation act, which abolishes, partially and at specific moments, labels, classifications, absolute truth which, altogether, form hierarchies. The analyst must be involved in the processes, go through the movements of forces and forms that make that which preserves the institution. He or she must inhabit an island, regard the world with a mixture of admiration, dismay, defamiliarization and insatiable curiosity that brings loneliness which produces singularization of the self and of collective. Furthermore, it is necessary to be in self-analysis at this very instant, to analyse the point-of-view that occupies us: the institution. We must make use of its fighting potency of self-preservation, with great effort to persevere the risk. To steal the self-preservation in order to face the extemporaneous. Not to fear exhaustion. We will also discuss the concept of multitude, hence the analyst's craft regards movements which may cope with the fluctuations that inhabit the subject in the institution and that may abandon the plan of changing. Multitude doesn't last. It is Deserter of small islands of change. But it makes an experience that may germinate in knowledge, creativity, collective intelligence, subjective engagement and responsibility. Or enter in the process of abolishment, mainly of that which summon the multitude which goes against the power above or patriarchal. On this way, we shall face yet another mission: invest on the construction of rare and heroic horizontalities. Since, together with the strengths of the multitude, the institutional analysis becomes a biopolitical enterprise, which rallies productive capacities on a given social context and, ultimately, the promotion of equality. To think we have become institutional analysts is respect to what is established, however, without fearing innovating and accepting the challenges that the institutions are claiming at all times: enough of the same, enough of always. And for that, it takes courage, sense of opportunity and an interventionist verve that is built upon an ethical-aesthetical-political existential plan of experimentation in our border and accepting ourselves as a part of and as a foreigner of a certain kind, that is undone and redone on the escape lines which leak on happenings that drag us out and make us reborn.

Key words: institutional analyst, happening, multitude, biopolitics.



## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 A TRAVESSIA.....	11
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS.....	35

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo pretende percorrer alguns caminhos trilhados no exercício de tornar-se um analista institucional. Navegaremos por águas (des)conhecidas, fazendo travessias. Exercício que pede um corpo em metamorfose, capaz de suportar o intempestivo e a tempestade, que busca produzir uma existência no processo de mistura e separação das situações que percorre.

Não podemos afirmar quando tal exercício começa, porque nunca estamos realmente começando. Já estamos no meio. Nossa travessia por vezes se dá em águas tranquilas de um lago calmo e em outras num mar revolto pela tempestade. Somos barco e ilha.

Nesta escrita não navegaremos sozinhos. Faremos nossas travessias pelo mar do conhecimento na companhia de alguns distintos navegantes – Gilles Deleuze, Félix Guatarri, René Lourau, dentre outros - formando uma multidão, vindos de diferentes lugares e épocas, cada um deles, um universo próprio repleto de virtualidades, diversidades e singularidades. Percursos, travessias, movimentos...

Nesses movimentos, o analista faz da sua intervenção uma busca das forças que irão fazer emergir o acontecimento que deflagra novas formas de subjetivação. Caminhos compostos de acontecimentos. Exercício que está na percepção da existência de uma multiplicidade de encontros convergindo no mesmo acontecimento e no compartilhamento dos afetos que se apresentam no encontro.

Navegando, ocuparemos lugares não fixos, mas em deriva, para que possíveis sentidos sejam lançados, num jogo nômade de posições moleculares, num constante tornar-se, um devir-analista. Apostaremos na força do pensamento como o mais alto atributo da vida, que possibilita os processos de criação e invenção, para impedir, na vida e na instituição, a morte pela repetição do mesmo. Na nossa travessia, ainda, apostaremos no conceito de multidão e inteligência coletiva que produz mundos de ação e de encontros que mantém os sujeitos e também os fazeres unidos pela diferença, num modo de organização de coletivos que produz a biopolítica.

Elas, as instituições, são algo jamais acabado ou permanente e nelas, nossas intervenções criam possibilidades para a emergência de outras formas de pensamento/ação. Assim, somos capazes de resistir e buscar linhas de fuga e as pistas do instituinte para renovar e viabilizar micropolíticas pela ciranda do poder macropolítico. Este exercício de tornar-se analista institucional implica acreditar nas forças instituintes para a produção de novos

agenciamentos, desconstituição das tranquilidades e cristalizações, novas composições e arranjos próprios de subjetividades livres e desejanter.

Teremos de ter paciência e uma 'vontade de interferir' que é construída em um plano ético-estético-político de experimentação no "limite de nós mesmos", nas linhas de fuga que vazam nos acontecimentos. Teremos de resistir e não temer o esgotamento. Pois neste mar poderemos ficar à deriva e entrarmos em derivação, ressignificação. E isso cansa, mas ao mesmo tempo nos faz fortes e presentes. Navegaremos. Navegaremos e atracaremos em alguns portos, mas seguir a viagem é imprescindível. Pois não estamos à procura de um porto seguro, mas, à procura de uma sociedade global e democrática, inclusiva e criativa. E para isso é necessário ter coragem! Pois, é nessa coragem que se encontra o próximo passo que iremos dar, o próximo percurso a percorrer e, não desistir nunca, pois o acontecimento tanto esperado pode se dar a qualquer momento da nossa travessia.

## 2 A TRAVESSIA

Tornar-se analista institucional é permanentemente conjugar no infinitivo. Poder sonhar, recriar, recomeçar, separar-se do mundo, num movimento de imaginação, estando numa ilha deserta, e paradoxalmente, em uma implicação profunda com o maquinário institucional.

Deleuze (2006a) fala da existência das ilhas desertas. Ilhas derivadas dos continentes e das ilhas originárias que emergem dos oceanos, ambas oriundas do combate entre a terra e o mar. O impulso do homem, esse que o conduz em direção às ilhas, retoma o duplo movimento que produz as ilhas em si mesmas: separar-se do mundo ou recriá-lo, mantendo as ilhas desertas.

Esta imagem refere-se exatamente a estar dentro-fora e estes espaços entendidos como inseparáveis. Isto se dá como na fita de Moébius, em que não se pode mais separar o dentro do fora. O matemático alemão August Ferdinand Moebius criou uma superfície não orientável, isto é, sem frente nem costas. Apenas podemos dizer que existe uma superfície que, ao dobrar-se, cria uma superfície não orientável. Assim, quando dobramos algo, apesar de termos um lado de dentro e um lado de fora – o interior da dobra e o exterior da dobra –, não existe um totalmente dentro e um totalmente fora: como, por exemplo, o interior e o exterior de um círculo.

Leibniz explica em um texto extraordinário: um corpo flexível ou elástico ainda tem partes coerentes que formam uma dobra, de modo que não se separam em partes de partes, mas sim se dividem até o infinito em dobras cada vez menores, que conservam sempre uma coesão. Assim, o labirinto do contínuo não é uma linha que dissociaria em pontos independentes, como a areia fluida em grãos, mas sim é como um tecido ou uma folha de papel que se divide em dobras até o infinito ou se decompõe em movimentos curvos, cada um dos quais está determinado pelo entorno consistente ou conspirante. Sempre existe uma dobra na dobra, como também uma caverna na caverna. A unidade da matéria, o menor elemento do labirinto é a dobra, não o ponto, que nunca é uma parte, e sim uma simples extremidade da linha. (DELEUZE, 2007, p. 17-18)

É a dobra que se multiplica ao infinito, em suas duas extremidades; que vai da matéria à alma, tornando indiscernível o limite entre o sensível e o inteligível. A dobra, além de permitir a caracterização de um elemento barroco fora de seus liames históricos, atua, enquanto procedimento estético, como a expressão do imanentismo característico do Barroco.

Deleuze se vale da alegoria da casa barroca, repartida em dois andares, para ilustrar a relação de sobreimpressão entre o material e o imaterial, típica do período. Para o Barroco, a alma é projetada no corpo, sendo dele inseparável e mantendo com ele uma relação complexa:

O que é propriamente barroco é essa distinção e repartição de dois andares. Conheciam-se a distinção de dois mundos em uma tradição platônica. Conheciam-se o

mundo de inúmeros andares, composto segundo uma descida e uma subida que se enfrentam em cada andar de uma escada que se perde na eminência do Uno e se desagrega no oceano do múltiplo: o universo em escada da tradição neo-platônica. Mas o mundo com apenas dois andares separados pela dobra que repercute dos dois lados segundo um regime diferente, é a contribuição barroca por excelência. Ela expressa (...) a transformação do cosmo em mundus. (DELEUZE, 2007, p. 57)

A dobra separa os andares repercutindo dos dois lados e, ela atua como o elemento de coesão entre os dois mundos, unindo-os num mesmo. Como na dobra, os vários planos de percepção na instituição acontecem de forma simultânea, não existindo mais um dentro e um fora, mas ambos co-existindo. Tais percepções se dão a partir de acontecimentos.

A dobra é o acontecimento, a bifurcação que faz ser. Cada dobra, ação-dobra ou paixão-dobra, é o surgimento de uma singularidade, o começo de um mundo. A proliferação ontológica é irreduzível a uma ou outra camada particular dos estratos; igualmente irreduzível a qualquer dobra-mestra como aquela do ser e dos entes, da infraestrutura e da superestrutura, do determinante x e do determinado y. O mundo total e intotalizável, o trans-mundo cosmopolita, diferenciado, diferenciante e múltiplo é, ao contrário, infinitamente redobrado, ele fervilha de singularidades nas singularidades, de dobras nas dobras. As oposições binárias maciças ou molares como a alma e o corpo, o sujeito e o objeto, o indivíduo e a sociedade, a natureza e a cultura, o homem e a técnica, o inerte e o vivo, o sagrado e o profano, e até a oposição de que partimos entre transcendental e empírico, todas essas divisões são maneiras de dobrar, resultam de dobras-acontecimentos singulares do mesmo “plano de consistência” (Deleuze e Guattari, Mil Platôs n. 4/5). “Isso” poderia ter se dobrado de outra maneira. E como a dobra emerge num infinitamente diversificado, mas único, sempre se pode remontar ao acontecimento da dobra, seguir seu movimento e sua curvatura, desenhar seu drapê, passar continuamente de um lado para o outro. (LEVY, 2003)

O conceito de acontecimento nasce de uma distinção de origem estoica:

...não confundir o acontecimento com sua efetuação espaço-temporal num estado de coisas... Então não se perguntará qual o sentido de um acontecimento: o acontecimento é o próprio sentido. O acontecimento pertence essencialmente à linguagem, mantém uma relação essencial com a linguagem; mas a linguagem é o que se diz das coisas. (ZOURABICHVILI, 2004, p. 6)

Deleuze e Guattari (1997) começam por definir o acontecimento como sendo a realidade do virtual. No entanto, a relação acontecimento/virtual nem sempre é a mesma. Ela depende dos três modos de a abordar: o modo científico, o filosófico e o artístico. Segundo os autores, a Ciência não se ocupa do acontecimento uma vez que se orienta para o mundo empírico, o mundo dos estados de coisas atualizados, com propriedades de coisas constituídas. Ora, o acontecimento é imaterial, incorpóreo, não susceptível de ser vivido. O acontecimento é o vapor que sai dos estados de coisas, não se confundindo com elas. Por outro lado, o acontecimento é da ordem do Aiôn, do tempo que excede todas as formas ordenáveis de tempo (Chronos) e que se apresenta como um imenso tempo vazio. O acontecimento é não da ordem do tempo classificável, o tempo cujos instantes se sucedem,

mas da ordem do devir, o qual pertence ao tempo da imanência, dos entre-tempos que se sobrepõem.

Conforme Zourabichvili (2004), em Deleuze a censura e ou ruptura cortam irrevogavelmente o tempo em dois e forçam-no a recomeçar, numa apreensão sintética do irreversível e do iminente, o acontecimento dando-se no estranho local de um ainda-aqui-e-já-passado, ainda-por-vir-e-já-presente. Assim, o acontecimento, na linguagem distingue-se da proposição e, no mundo, distingue-se do estado de coisas.

A Filosofia parte dos estados de coisas para chegar ao virtual. O acontecimento aparece como sendo a realidade do virtual, mas do virtual tornado consistente, tornado entidade real sobre um plano de imanência, excedendo qualquer função possível e qualquer determinação de um espaço e de um tempo. Conforme Deleuze (1992), o virtual já não é a virtualidade caótica, mas a virtualidade tornada consistente, entidade que se forma sobre um plano de imanência que corta o caos. É o que chamamos Acontecimento, ou a parte que escapa à sua própria atualização em tudo o que acontece.

O plano de imanência é como um corte no caos e age como um crivo. O que caracteriza o caos, com efeito, é menos a ausência de determinações do que a velocidade infinita com a qual elas se esboçam e desaparecem; não é um movimento de uma a outra, mas, ao contrário, a impossibilidade de uma relação entre duas determinações, uma vez que uma apareça como evanescente quando outra desaparece como esboço.” (DELEUZE, 1992, p. 44-5)

O virtual enquanto acontecimento é o que escapa à sua própria atualização, a parte daquilo que acontece que não se atualiza. O acontecimento atualiza-se no estado de coisas, num corpo ou numa vivência, mas enquanto sobre-voou, isto é, enquanto entidade da qual uma parte não se atualiza. O acontecimento é real sem ser atual, ideal sem ser abstrato, imaterial, pura reserva em estado de sobre-voou sobre os estados de coisas, entre-tempo ou tempo vazio e morto do Aiôn.

O tornar-se analista institucional não advém de reprodução de modelos. É um acontecimento que está no ato criador, que abole rótulos, classificações e verdades absolutas. Está na metamorfose. E para isso é preciso um corpo capaz de suportar o intempestivo, capaz de divergir de si mesmo. Um corpo aberto ao fluxo de virtualidades que estão presentes nos processos institucionais; aberto ao fluxo de acontecimentos, onde tudo muda, tudo entra em devir. Há de haver uma disposição de abertura perante ao inacabado, ao improvisado, às multiplicidades, às diferenças, aos devires. No exercício de tornar-se, o analista, diante do fluxo de virtualidades presentes nos processos institucionais ao questionar-se “quem sou eu”, provavelmente teria como resposta a mesma de Alice à Lagarta, *no país das maravilhas*, de

Lewis Carroll (1972, p. 21): “Para falar a verdade, ignoro. Quando me levantei esta manhã, eu sabia quem eu era; mas durante o dia mudei tanto que não sei mais quem sou”. Essa abertura ao fluxo de virtualidades, essa disposição ao inacabado, longe de ser signo de falta, é a possibilidade de invenção de novas formas subjetivas.

O acontecimento de tornar-se analista implica perceber os acontecimentos na instituição numa simultaneidade de vários planos de percepção. Perceber aquilo que muda e não tem mais volta e aquilo que volta e provoca mudanças. São os acontecimentos podendo ou não atualizar-se e efetuar-se em um instante, porém, tudo entrando em devir. As coisas acontecem com a combinação das forças existentes. O analista precisa acompanhar os processos, percorrer os movimentos das forças e formas, afetar e se deixar ser afetado. Movimento-acontecimento, tal qual a viagem do mochileiro, que se dispõe colocar-se em experimentação sem um caminho tão previsto. E nesse movimento, se deixar levar e perceber as pequenas coisas que o afeta, aumentar a potência, mudar o olhar, ultrapassar a capa da evidência, suportar a falta, o inacabado, colocar-se no estranhamento do mundo, em uma contínua produção de devir, fazendo durar o devir.

...é preciso efetivamente que ao menos certos signos nos sirvam de trampolim e que certos afectos nos proporcionem o impulso necessário (Livro V). No encontro ao acaso entre corpos podemos selecionar a ideia de certos corpos que convêm com o nosso e que nos dão alegria, isto é, aumentam nossa potência. É só quando nossa potência aumentou suficientemente, a um ponto sem dúvida variável para cada um, entramos na posse dessa potência e nos tornamos capazes de formar um conceito, começando pelo menos universal (conveniência de nosso corpo com algum outro), mesmo se na sequência devemos atingir conceitos cada vez mais amplos segundo a ordem de composição das relações. Há portanto uma seleção dos afectos passionais, e das ideias de que eles dependem, que deve liberar alegrias, signos vetoriais de aumento de potência, e repelir as tristezas, signos de diminuição: tal seleção dos afectos é a própria condição para sair do primeiro gênero de conhecimento e atingir o conceito adquirindo uma potência suficiente. Os signos de aumento continuam sendo paixões, e as ideias que eles supõem permanecem inadequadas: nem por isso deixam de ser os precursores das noções, os sombrios precursores...Nos signos, portanto, há alguma coisa que ao mesmo tempo prepara e duplica os conceitos... E a Ética não pode privar-se de uma forma de expressão passional e por signos, única capaz de operar a indispensável seleção sem a qual permaneceríamos condenados ao primeiro gênero. (DELEUZE, 1997, p.162-3)

Nesses movimentos, o analista faz da sua intervenção uma busca das forças que irão fazer emergir o acontecimento que deflagra novas formas de subjetivação. É este o motivo pelo qual intentamos neste momento ultrapassar a compreensão da instituição como o duplo da racionalidade e da norma com base na representação. Seria como destituir a instituição de uma essencialidade e lançá-la aos fluxos do acontecimento. É uma missão ou sina de quem se quer analista instituinte. Cabe dizer que o analista institucional é um detetive com uma lupa que se dedica a olhar o chão que põe à disposição unidades menores de buscas por modos de

fazer diferente e ao revés do que sufoca e faz burocrático o cotidiano da produção. Se pode ver. É a molécula institucional em estado nascente, indivisível, na qual se sustenta e redefine os possíveis sentidos que a regra geral poderá oferecer, sendo a dimensão para um plano de quase invisibilidade. Ele é pleno e quase um nada. Estes podem conduzir a vazios, permitindo uma formação abalada e caótica que nos força a pensar: o que viria a ser uma pequena mudança que pode se multiplicar e sair do chão? Não se trata somente de associar forças de mudança, mas de criar diferenciação e nela dimensionar conveniências, interesses, afetos e riscos sem fim.

O exercício minucioso do analista institucional alinha-se às compreensões sócio-analíticas quando afirma a cientificidade da pesquisa justamente ali na superação do maniqueísmo objetividade-subjetividade que por tanto tempo demarcou fronteiras entre o empírico e o científico. Como ressaltado por Barros e Passos (2000, p.73) “...o que interessa são os movimentos, as metamorfoses, não definidas a partir de um ponto de origem e um alvo a ser atingido, mas como processos de diferenciação”. Contudo, não há alvo. O que há são movimentos minoritários que, se bem agenciados, resultam em subversão criativa e desmesurada. Aceitar que analisar é agir sem seguranças ou proteções, a não ser a proteção do novo, que é almejado como linha de fecundação de problemas maiores e melhores.

Além da abertura do que faz o acontecimento tomar corpo, a atenção do analista na instituição deve também voltar-se para possíveis “analisadores”. Conceito-ferramenta legado pelo movimento institucionalista, o analisador refere-se a todo dispositivo revelador das contradições de uma época, de um acontecimento, de um momento de grupo e que permita, a partir de uma análise de decomposição do que aparecia até então como uma totalidade homogênea (uma verdade instituída), desvelar o caráter fragmentário, parcial e polifônico de toda realidade. É por isto que os socioanalistas são categóricos ao afirmar que “o analisador deve substituir o analista – de qualquer modo, na realidade, é sempre o analisador que dirige a análise ...” (LOURAU, 2004a, p.84).

Na busca de produzir ou identificar os analisadores, o analista institucional há de estar implicado. Nessa esteira, cabe aqui o conceito de análise de implicação, que critica a dissociação positivista entre objeto do conhecimento e observador. Lourau (2004a), explicita que somos objetivados por aquilo que pretendemos objetivar, propõe que o analista institucional analise, antes de tudo, sua implicação com as redes de poder, seu lugar na divisão do trabalho, nas relações de classe e, enfim, sua relação com as instituições que o perpassam (e a seu cliente).



Colocar em análise o lugar que ocupamos, nossas práticas de saber-poder enquanto produtoras de verdades, seus efeitos, o que elas põem em funcionamento, com o que se agenciam é romper com a lógica racionalista presente no pensamento ocidental. No momento em que pretendemos entender as gêneses e os funcionamentos dessas diferentes instituições que nos atravessam e nos constituem, estamos criando possibilidades para a emergência de outras formas de pensamento/ação. A análise de implicações traz para o campo de análise sentimentos, percepções, ações, acontecimentos até então considerados negativos, estranhos, como desvios e erros.

O analista institucional implicado procura não se retirar dos efeitos analisadores do dispositivo de intervenção, já que ele “se define pela vontade subjetiva de analisar até o limite as implicações de seus pertencimentos e referências institucionais” (LOURAU, 2004c, p.147) ao colocar no centro da investigação aquilo que os neutralistas julgavam como lixo ou inconvenientes da investigação científica.

Como propõe Coimbra (1995), não precisamos sair do lugar de especialistas, mas sim ao ocupar esse território, fazermos em primeiro lugar a análise do que produzimos, do que instituímos, uma análise das instituições em nós e fora de nós. Ainda, propõe que a análise institucional rompe com o autoritarismo dos saberes oficiais, englobantes e totalizantes, quando pretende ficar do lado da vida, do instituinte, das implicações, da transversalidade.

O movimento de tornar-se um analista institucional, sempre em processo de nascimento, abolição e retomada da vida assemelha-se ao movimento das ilhas derivadas dos continentes ou das originárias que emergem dos oceanos, em processo de re-começo, de re-criação, garantindo as mesmas, mesmo que povoadas o status de deserta.

...Então, por sua conta, o homem retoma um e outro dos movimentos da ilha e o assume sobre uma ilha que, justamente, não tem esse movimento: pode-se derivar em direção a uma ilha todavia original e criar tão somente numa ilha derivada. (DELEUZE, 2006a, p. 18)

Contudo, por vezes, tal retomada pode nos levar ao esgotamento. Pois a entrega à deriva faz com que entremos em derivação, em derivação imprópria.

Chama-se derivação imprópria o processo de alteração da classe da palavra (sem quaisquer alterações estruturais da palavra) em que esta passa a se referir a uma nova significação. Resignificar cansa, pois, no caso da instituição deve-se manter a estrutura para não se entregar ao suicídio institucional, ou seja, ser expurgado, perder o lugar, o posto, o cargo ou posição. Perder o chão.

Mas, o que faria com que pudéssemos supor algum grau de estrutura na instituição? A pergunta pode parecer primária pois, instituição é estrutura em sua qualidade primeira. Para se manter, a instituição precisa ter fundação e obviedades de comportamento e atitude. Mas, manteremos a pergunta... E, Deleuze (1972), em ensaio intitulado “Em que se pode reconhecer o estruturalismo?”, propõe um importante critério para o entendimento de uma estrutura: local ou posição. Assim, os elementos de uma estrutura não possuem designação nem intrínseca e nem extrínseca. Possuem um sentido que lhe é dado a partir de sua posição no espaço topológico. Cada analista institucional se manifesta para o olhar conforme sua posição perante todos os outros. Os locais são primeiros e, depois, os investimentos que virão a ocupá-los. E nos desvios do planejamento, e sua plena aceitação e mais: os desvios são esperados e o corpo se deixa arrastar, fluir e ser atraído e até traído. Mas não expulso, fica insistente e orbitando conforme o que se mostra não linear. Da ocupação dos lugares não fixos, mas em deriva, é que os possíveis sentidos são lançados. A cena institucional é emocionante e perigosa, pois é a cena do jogo nômade das posições moleculares que podem se agigantar tanto para superações ou para um status de simulacro assumido e muito bem trabalhado.

Deleuze (2006b), no capítulo “Platão e o Simulacro”, da *Lógica do Sentido* comenta que, no Fedro, Platão expõe que só é possível verem as Ideias, no caso as verdadeiras e puras, as almas no momento anterior à encarnação. Após nos tornarmos corpo com desejo e “fraquezas sensuais”. Nossa memória se torna curta e, portanto, vulnerável aos “falsos pretendentes” ou as imagens degradadas próximas de quem sabe excepcionais miragens, tais como a promessa de recompensa que vem de todas as instituições? A análise institucional seria a vivência da construção e a experiência da multiplicação de simulacros.

Para Platão, tanto no Fedro como no Político, o simulacro é uma maldição de cegueira e o esforço seria o de esquadrihar com o máximo de austeridade para obter relação com o verdadeiro pretendente, aquele que dará como efeito o descortinar da verdade e do “Mundo das Ideias”. Entretanto, no final do Sofista, Platão demonstra o desejo de entrar no simulacro e seus espelhos imperfeitos, torções e desvarios, mostrando atração por algo que não seria apenas uma falsa cópia, mas muito além... O simulacro pode ser visto como a subversão da origem, que é de fato a inovação institucional, suas soluções em equidade e engendramento de horizontalidades que possam disputar sem receios de perseguição advindas de atores que originam o poder do não. Não porque não. A instituição pois, deve ser entendida não como

uma cópia que de tão esgotada da repetição se degenera e sim, a regra em diferença, que distanciasse, infinitamente, do par perfeito, ou seja, da meta que nunca é alcançada e torna-se dívida unipresente. O analista institucional vai tornando-se e tornando a estrutura um simulacro que não é mentira ou falsidade, mas um modo de colocar à prova aquilo que tece obediências revoltantes que se transformam em boca calada e nervos explosivos, mas distantes da porta de entrada. A queixa na rua, não vale. A vítima não vale. O que vale é deixar-se penetrar e inocular.

Um devir ilimitado, como em *Alice no País das Maravilhas*, que, na medida em que cresce também diminui concomitante e, loucamente. Pois, na medida em que nos tornamos analistas institucionais, adoecemos e padecemos por maturidade em descrever que está certo cumprir, e que isto por si só gera recompensa de ser “considerado, e bem recebido, e respeitado, e reconhecido, e toda essa falsa promessa de segurança por bom comportamento. Para Deleuze (2006b, p.263), “[...] Deus fez o homem à sua imagem e semelhança, mas, pelo pecado, o homem perdeu sua semelhança, embora conservasse a imagem. Tornamo-nos simulacros, perdemos a existência moral para encontrarmo-nos na existência estética”.

A saída do domínio da representação é a saída do fundamento correspondente. O que corresponde à instituição é o quanto ela aguenta ser levada ao seu limite e aceitar suas inconsistências e suas falsas proteções com base estatutária e com prazo cumprido a cada hora das quarenta horas semanais. A tentativa é alcançar uma lógica sem fundamento, inserida na glória da ruptura assignificante onde qualquer ente pode ser associado a outro criando híbridos e heterogêneos: misturas contaminadas. Ou, mais precisamente, uma rede em que se pode dar voz e incitar a prática do murmúrio, ou canção, ou narrativa singular que, mesmo sendo contra o esperado, é incluída como inteligente e, talvez por não ser maioria, conter a genialidade de desatar coisas imóveis que pedem chance de furar bloqueios pelo simples fato de dizer: eu sei, eu posso, então exijo chancela e aposta oficial em minha capacidade que preciso experimentar para torná-la minha existência.

Na prática viva, em seu experimento, existe a sensação de toque no infinito na tentativa em associar sem preocupações em contar a história, tal como era, sem compromisso com a verdade. Trata-se de criar a miragem instituinte e torná-la casa, hospedaria de uma longa e breve viagem. Este movimento é o distinto da hierarquização, é a mistura, a alquimia das formas, forçando a condensação nômade.

Pensar outra instituição a partir de uma instituição é lançar e relançar relações e pontos. Tais lançamentos precisam de força e geram febres e excitações que levamos para

casa, que perturbam o sono, mas sobretudo produz uma sensação de coragem que é fruto de persistir em ter “caixa”, em ter peito para se esgotar e causar...

Segundo Deleuze (2010), o esgotado é muito mais que o cansado. O cansado apenas esgotou a realização de um possível, enquanto o esgotado, que é mais do que o cansado, esgota todo o possível. O cansado não pode mais realizar, pois já realizou um possível, mas o esgotado não pode mais possibilitar. O esgotado abdica da lógica das preferências, não podendo mais possibilitar a partir disto ou daquilo. Apenas o esgotado pode esgotar o possível, pois renunciou a toda necessidade, preferência, finalidade ou significação.

O cansaço pode colocar em movimento novos tipos de análise-ação, pois a possibilidade permanece, porque nunca se realiza todo o possível: ele é até mesmo criado à medida que é realizado, pois o possível é o que pode vir a ser, mas não é, ainda não é. Eis uma condição para ser o que buscamos: não temer o esgotamento. Isto nos faz fortes e presentes.

Segundo Deleuze (2006a) isso tudo supõe que a formação do mundo se dê em dois tempos, em dois estágios, nascimento e renascimento; supõe que o segundo seja tão necessário e essencial quanto o primeiro; supõe, portanto, que o primeiro esteja necessariamente comprometido, que ele tenha nascido para uma retomada e já re-negado numa catástrofe.

Os, primeiros dois ou três dias que se seguiram ao naufrágio foram marcados pelo profundo abatimento de Robinson que, apesar de ter sobrevivido à catástrofe, tomava plena consciência da miserável condição em que se encontrava. Seu ânimo, em cacos, flutuava entre a esperança de avistar, a qualquer momento, no horizonte, uma nau, e o mais descabelado desespero. Fundamentalmente, seu ânimo sucumbia à força dos acontecimentos que, ora, tomavam o comando do seu destino. Sucumbia à força das avassaladoras causas externas que lhe sobrevinham. Sua tristeza quase só lhe deixava o facho suficiente para vigiar o vazio oceânico se estendendo por todos os lados. (TEIXEIRA, 2004, p. 36)

Assim como Robinson, o analista institucional faz uso da sua potência natural de autoconservação, com todo o esforço de perseverar em ser, num processo em constante movimento. O analista institucional, com sua potência própria de agir e pensar, é tomado pelo impulso que conduz às ilhas desertas, para delas re-nascer. É um viajante, um navegante, um nômade. Encontra-se num constante tornar-se, um devir-analista.

Conforme podemos depreender da tese formulada por Deleuze e Guatarri (1997), um devir não é nem uma correspondência de relações, nem diz respeito a uma semelhança ou imitação. O princípio próprio aos devires é a ideia bergsoniana de uma coexistência entre durações diferentes, ainda que sempre comunicantes. Não há sujeito ou termo de chegada para um devir, porque ele é sempre tomado em outro devir que constitui um bloco com o primeiro.

Portanto, um devir é sempre questão de multiplicidades que não cessam de se transformar umas nas outras, compostas por termos heterogêneos e simbióticos. Em suas passagens e transformações, não há uma ordem lógica e predeterminada, mas critérios imanentes que orientam os encontros e as metamorfoses.

O devir diz respeito a encontros e alianças entre dois termos diferentes que não se reduz à semelhança. Não é imitar, não é se tornar outra coisa, não é parecer com esta outra coisa; é antes a potência da afetar e ser afetado que transforma reciprocamente os termos que se encontraram. Como ressalta Deleuze (1996), o devir é sempre processo, nem começo, nem fim da viagem, mas justamente o meio, um espaço intermediário que rompe com todas as identidades, com todas as oposições binaristas.

No exercício de constante tornar-se, o olhar do analista institucional remete ao olhar do estrangeiro. Nelson Brissac Peixoto (1988, p. 363) fala desse personagem estrangeiro bastante presente nas imagens cinematográficas que

não é do lugar, que acabou de chegar, é capaz de ver aquilo que os que lá estão não podem mais perceber [...] é capaz de olhar as coisas como se fosse pela primeira vez e de viver histórias originais. Todo um programa se delineia aí: livrar a paisagem da representação que se faz dela, retratar sem pensar em nada já visto antes. Contar histórias simples, respeitando os detalhes, deixando as coisas aparecerem como são.

Também o analista institucional há de ter o olhar da criança, olhar que vê o mundo com uma mistura de admiração, estupefação, estranhamento e curiosidade insaciável, dissolvendo a ordem estabelecida do convencional e do habitual mediante o espaço lúdico da reinvenção.

Para que aconteça a re-criação e a re-invenção faz-se necessário o pensamento, não bastando estar afastado do continente. Podemos inferir que a ilha deserta pode ser o próprio pensamento e, num movimento recíproco, o pensamento pode ser a própria ilha deserta. Como nos diz Claudio Ulpiano (2014), o pensamento é como uma potência, uma força no âmago de cada sujeito, de cada ser humano: mas inteiramente independente das propriedades do sujeito, do eu pessoal. A instituição é composta por uma entidade impessoal. O impessoal é a passagem e manancial de onde jorra o acontecimento; é o incorporal das imagens que vem a ser e que, antes da sua atualização aguarda mergulhado no caos. A marca da sua presença lança forças para que subsista sempre o sentido do acontecimento. É como se fosse possível dizer que o pensamento é uma terra estranha, um bosque, um pântano, numa geografia que nos constitui.

Para Deleuze e Guattari (1992), todo o pensamento é relação com o caos. O pensamento é o resultado de uma operação que se faz ao caos, é a própria composição do caos. Pensar, é dar consistência ao caos. O autor define o caos como um virtual que, enquanto velocidade absoluta, é nascimento e esvaziamento de todas as formas possíveis.

A afirmação, de que só pensamos quando somos forçados por algo exterior, por exemplo uma obra de arte, uma proposição científica, um conceito filosófico, faz do pensamento o mais alto atributo da vida, porque com ele, porque através dele, dão-se os processos de criação e de invenção; que se não existissem, os processos de criação e de invenção, nos tornariam, a nós homens, seres submetidos, do nascimento à morte, à repetição dos hábitos, à reprodução dos mesmos eventos. Isto é o que o analista deve impedir na instituição: a morte por repetição do mesmo. As questões que se colocam são: que forças estão soltas para fundarem mudanças? Como organizar o socius de ponta-a-ponta para protagonizar, em estado coletivo, aquilo que pode ser novo?

Deleuze e Guattari (1996) chamam atenção para a coextensividade da produção desejante e da produção social, mostrando que o socius não é um todo autônomo mas um campo de variações entre uma instância de agregação (máquinas molares — técnicas e sociais) e uma superfície de errância (máquinas desejantes) como regimes diferentes de uma mesma produção imanente, funcionando em fluxos.

Os fluxos, numa formação social, falam dos caracteres dos investimentos sociais, coletivos, e dos investimentos inconscientes no próprio campo social. O socius, como dispositivo historicamente produzido, é pensado em seu funcionamento maquínico que se define por fluxos heterogêneos, independentes e irreduzíveis, geradores de infinitas formas de semiotização. Desse modo, ele não se constitui por objetos e sujeitos que o preexistem, mas se produz, ao mesmo tempo, num mesmo plano, como efeito do encontro dos corpos que os fluxos estabelecem entre si. O ser vivo é, assim, um corte no fluxo. Os fluxos são o corpo primeiro do “socius”; sempre acontecem e vão sendo definidos a partir das especificidades dos encontros. O encontro dos corpos, onde fluxos se conectam, é presidido por uma operação maquínica.

Esta noção de máquinas (técnicas, sociais, desejantes), em Deleuze e Guattari (1996) presente sob o nome de máquina abstrata, aponta para a construção de um plano de maquinação e conexão permanentes, no qual só há linhas, processos, intensidades, objetos incorporais e variações. Este plano é o plano de imanência cujo processo é de co-produção e acoplamento: nele não há sujeito ou unidades pré-formadas, mas multiplicidades. O

funcionamento das máquinas, em seus arranjos e aparelhos, produz o mundo juntamente com os sujeitos e os objetos que o constituem.

Uma das principais funções do analista institucional que virá a produzir e acionar mundos de ação e encontro é o empreendimento da multidão.

Segundo Deleuze e Guatarri (1996, p. 32), os agenciamentos coletivos de enunciação remetem a “um regime de signos, uma máquina de expressão cujas variáveis determinam o uso dos elementos da língua”. Não dizem respeito a um sujeito, mas sua expressão só poderá se manifestar em um regime de signos, compartilhados, na própria linguagem e a multidão (forma como entenderemos tais sujeitos em interação) produz suas linguagens.

Consideramos que a multidão, em processo de produção em rede, mantém os sujeitos e também os fazeres unidos pela diferença nas instituições.

Enquanto analistas institucionais sonhamos com uma sociedade global e democrática inclusiva e criativa. Aqui, o esforço é dar conta do conceito de multidão referindo-se aos sujeitos no mundo e nas instituições, e acreditando na promoção de um território comum, na multiplicidade de potências existenciais, técnicas e impessoais contidas nesta mesma multidão.

Não é circunscrito o movimento de cada um, e nem as ferramentas e suas sucessivas e paralelas utilizações, uma vez que queremos circunscrever, os movimentos que, em convergência e divergência, disjunções e conjunções darão uma produção no campo do comum.

Segundo Antonio Negri e Michael Hardt (2005, p. 13), é preciso diferenciar a multidão de massa e de povo. A primeira, a massa, caracteriza-se por abarcar todos os tipos e espécies sem diferenciação nas quais as diferenças ficam subsumidas “um conglomerado indistinto e uniforme que se movem em uníssono”. Já o povo apresenta um centro identitário que liga a diversidade a uma unidade. A multidão, portanto, diferencia-se pela forma múltipla e pela impossibilidade de reduzir as diferenças ou variações internas a um uno. Isto aplica-se também quando pensamos o sujeito.

A multidão refere-se à constituição de um plano de atração de diferentes modos de trabalho, visões de mundo, desejos, concepções estéticas, sexuais e de gênero. Enfim, diz de sujeitos que se encontram para fazer algo. “Na multidão, as diferenças mantêm-se diferentes, a multidão é multicolorida” (op. cit, p. 13).

Cada sujeito é ínfimo e molecular, é um e, se difere ou vira dobra quando associado com outros, relacionado à síntese mnemônica de subjetivação.

Assim, o conceito de multidão consiste em arregimentar modos de fazer e subjetivar, de forma que cada sujeito possa demonstrar-se singularmente e, ao mesmo tempo, colaborar com os outros em nome de um projeto de alteração das forças e formas anteriores. Tal conceito, não só contempla uma sociedade aberta e acolhedora da autoria, mas, é, em si, aberto e abertura, pois existem inúmeras formas de fazer e pensar nos modos interativos de produzir.

A relação do conceito de multidão e do ofício do analista institucional diz de movimentos que possam dar conta do desejo de cada um e de todos, ou aos múltiplos desejos que habitam o sujeito na instituição. Se na multidão as diferenças mantêm-se diferentes, somente no exercício da expressão é que poderá ser forjado o acolhimento da diferença. Assim, poderíamos partir da premissa de Deleuze (2006a) que consiste em afirmar que o ser é idêntico à diferença e a diferença em pauta é o sentido e a expressão do sujeito na instituição.

Pensar a análise institucional em relação com a multidão não é pensar a relação de cada um com todos e nem do sujeito com suas “tendências” e nem o contrário, mas a relação entre coletivos. O analista institucional relaciona-se com o coletivo de sujeitos e, também, com o sujeito entendido como entidade coletiva.

O que interessa ao analista institucional é disseminar a ideia de que agir em conjunto com autorias em adaptação, não é algo desorganizado e caótico e, sim, um processo esperado e passível de monitoramento. Para tanto é necessária a invenção de uma sociedade que se constitui de maneira autônoma em função de um projeto comum, e que depois se desfaz com seus sujeitos migrando para novos projetos, tais como os sujeitos de uma instituição que se organizam na realização de um projeto. Esta sociedade tem como sua principal base a expressão, ou mais além, a percepção do outro, para que o movimento seja convergente e, portanto, produtivo, organizando um corpo que supere o voluntarismo do modo-indivíduo e salte de complexidade em complexidade.

Entretanto, para os autores Antonio Negri e Michael Hardt (2005), a produção da multidão integra a “produção biopolítica” que afeta o social nas esferas culturais, econômicas ou políticas. Expande o comum, constituindo uma importante possibilidade de democracia global colocando-se contra poderes centrais de comando, hierarquias ou ditaduras, deslocando a autoridade na resistência de uma organização instituinte e, porque não dizer, solidária. A ruptura é com a sujeição paterna que funda a concepção de estrutura, com suas propriedades de fixidez, verticalidade e dependência. Os autores alertam que não apenas o modo de



organização de coletivos assegura que venha a ser produzida a biopolítica; é preciso analisar o conteúdo que está sendo colocado em questão.

Segundo Peter Pál Pelbart (2003), o termo biopolítica aparece em Foucault, curiosamente, em uma conferência realizada no Rio de Janeiro em 1974, sob o título “O nascimento da medicina social”, sendo desenvolvido em sua obra “Ditos e escritos”. Nesta fase de seu pensamento, Foucault relacionou capitalismo e corpo com o novo conceito de biopolítica, a saber: “Na sociedade capitalista, é o biopolítico que importava antes de tudo, o biológico, o somático e o corporal. O corpo é uma realidade biopolítica. Posteriormente, Foucault retomou o tema de forma ampliada em capítulo chamado “Direito de morte e poder sobre a vida” na obra “A vontade de saber” onde o autor localiza a biopolítica no interior da estratégia ligada ao exercício do biopoder.

Portanto, a análise institucional, juntamente com as forças da multidão, torna-se um empreendimento biopolítico, na medida em que encampa a produção de capacidades produtivas pela diferença em um processo divergente do capitalismo. Aqui, o empreendedor tem como recompensa o próprio processo: a movimentação de algo que não quer seu; quer justo o oposto, que seja coletivo. Desta forma, não se quer um fim, um produto, mas a proliferação de problemas novos tendo como valor maior a promoção de igualdade. O empreendimento biopolítico é arregimentar capacidades produtivas em determinado contexto social e, em última instância, a promoção de igualdade.

Mais uma missão ou sina do analista institucional: investir na construção do laço social. Tal construção biopolítica gera aumento de potência de várias tendências indiscerníveis (não por serem iguais, mas por estarem hibridizadas): estética, intelectual, intuitiva, comunicacional, etc. Os planos de igualdade favorecem a potência, pois desterritorializam o poder, e assim, quanto mais potência menos poder. O poder vertical gera temor e recuos calculados, enquanto a potência gera espontaneidade, confiança e, conseqüentemente, o desejo de invenção de laços entre os sujeitos. A produção da subjetividade se coloca em simbiose com a produção do comum, podendo traçar um território compartilhado de lealdade, confiança, sagacidade estética e compromisso mútuo.

De acordo com Guattari e Rolnik (1993), a subjetividade está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares. Ao referir a problemática da produção de subjetividade e individualidade, ele nos traz a questão da singularização como uma relação de expressão e criação, na qual o indivíduo se apropria dos componentes da subjetividade, ou

seja, como um dos modos em que a vive. Num outro extremo, está a relação de alienação e opressão, na qual o sujeito se submete a subjetividade tal como recebe.

Eis parte da resposta a pergunta sobre a identificação das forças instituintes ou soltas. Procuramos, portanto, forças singulares.

Recorrendo a Guattari (2001), pode-se dizer que a subjetividade está relacionada com as tramas de poder, de saber, do desejo que envolvem tanto o sujeito quanto a sociedade. Isso se dá por meio das estratégias estabelecidas entre os indivíduos, num jogo de forças que produzem novos modos de pensar e agir nas relações:

[...] trata-se, a cada vez, de se debruçar sobre o que poderiam ser os dispositivos de produção de subjetividade, indo no sentido de uma re-singularização individual e/ou coletiva, ao invés de ir no sentido de uma usinagem pela mídia, sinônimo de desolação e desespero. (GUATTARI, 2001, p. 15)

A partir do que se entende hoje pela produção de subjetividade dominante no contemporâneo, operada pela lógica do capitalismo: pela lógica da infantilização (a de que o outro pensa por mim), da categorização (na qual tudo precisa ser colocado em categorias específicas, identitárias, classificatórias, de controle), na qual os sujeitos estão capturados pela lógica do espetáculo e privatizados em seu sofrimento, torna-se essencial ao analista institucional, no exercício de tornar-se, estar atento a estas transformações. Porém, não basta estar atento. É necessário atuar como um catalisador, possibilitando aos sujeitos a abertura de fendas em sua experiência, para a passagem do que a torna carregada de sentimentos de honra e pertencimento, de possibilidade de criação, de profundo engajamento de si e de superação de desafios. Uma experiência que germine conhecimento, criatividade, inteligência coletiva, engajamento subjetivo e responsabilidade.

Os seres humanos pensam juntos, na medida em que preferem viver em comunidade. Assim, produz-se a inteligência coletiva, que conforme define Lèvy (1998, p.28): “É uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências”. O conhecimento, produzido por essa inteligência coletiva, é fruto de um contexto sócio-histórico construtivista e criativo. Vale lembrar que uma função construtivista é provocar ou desestabilizar os conhecimentos internos do indivíduo para novas aprendizagens.

A inteligência humana é o motor que permite o desenvolvimento da linguagem, do pensamento e da consciência. Essa relação deve ser compreendida na essência de seu movimento, isto é, a inteligência é produtora e, ao mesmo tempo, produto da inter-relação desses três elementos. O movimento transcende a esfera individual, pois ela está abarcada

pela esfera cultural. Na relação indivíduo e cultura somos produtos e produtores, pois são as “interações entre indivíduos que produzem a sociedade; mas a sociedade com sua cultura, suas normas, retroage sobre os indivíduos humanos e os produz enquanto indivíduos sociais dotados de uma cultura” (MORIN, 2000, p.119). A inteligência humana se expande no meio biofísico, no psíquico, no social, cultural e histórico. Desenvolve-se nos desdobramentos das atividades pessoais, interpessoais e coletivas, em resposta às incitações e desafios de toda ordem.

É interessante pensar em algumas instituições que denominam, por exemplo, estações de trabalho como “ilhas”, desfazendo a ideia de inteligência coletiva. Existem até aquelas bem poéticas, chamadas de “ilhas de criação”. Mas para que aconteça a re-criação faz-se necessária a presença do homem-ilha, do homem-pensamento, atuando num movimento coletivo.

Tornar-se uma analista institucional é um trabalho que pressupõe movimento, experimentação, coletividade. Trabalho de não se conformar com o que já está formatado, ou seja, instituído; mas, ao contrário, desconfiar sempre do trabalho que apenas repete o que já foi realizado. Não ter medo de inovar e de aceitar os desafios que as instituições estão, a todo momento, nos propondo.

Mas afinal, o que é uma instituição?

O conceito de instituição, encontra abrigo em diferentes correntes, tais como a antropologia, as ciências políticas e a filosofia e, mesmo no interior desses campos, tem sido empregado em sentidos muitos diversos, em aportes teóricos os mais distintos.

De forma concisa e clara, Barembritt aponta que as instituições são lógicas, são árvores de composições lógicas que, segundo a forma e o grau de formalização que adotem, podem ser leis, podem ser normas e, quando não estão enunciadas de maneira manifesta, podem ser pautas, regularidades de comportamentos (BAREMBLITT, 1992, p.27).

As instituições são instâncias de saber que permitem a todo tempo recompor as relações sociais, organizar espaços e recortar limites. Apesar de sua forma virtual, imaginária e simbólica, não estão desvinculadas da prática social, sendo a prática social. Cada sociedade, segundo o modelo infraestrutural a que obedece, cria um tipo de instituição, que será mantida e sustentada em todos os níveis, do Estado à família, Igreja, escola, relações de trabalho, sistema jurídico, etc.

Lourau (2004b, p. 63), afirmou que “a sociedade instituinte ameaça a sociedade instituída: porém a sociedade instituída precisa da sociedade instituinte para progredir, ao

passo que a sociedade instituinte necessita da sociedade instituída para erguer seu projeto de transformação permanente.” Assim, como o combate entre a terra e o mar, essa disputa nos movimenta, nos constitui, nos subjetiva, pois, “A institucionalização é o devir, a história, o produto contraditório do instituinte e do instituído, em luta permanente, em constante contradição com as forças de autodissolução” (LOURAU, 1993, p.12).

Quando há uma prevalência do instituído, as instituições e seus estabelecimentos capturam os processos de subjetivação singulares, impondo-lhes seu próprio modelo através da centralidade do poder, do saber, do dinheiro, do prestígio, da disseminação da culpa. Esta captura comporta tramas, crueldades, conchavos, vinganças, que suscitam, medo, arrependimento, vergonha, humilhação, pesar, desespero, indignação, ódio, em suma, escravidão.

...No entanto o que mais lhe repugnava não era tanto a brutalidade, o ódio e a ganância que estes homens civilizados e altamente honoráveis demonstravam com inocente tranquilidade. Ficava sempre a possibilidade de imaginar – e sem dúvida seria fácil encontrar – outros homens que, no lugar destes, fossem amáveis, indulgentes e generosos. Para Robinson, o mal era bem mais profundo. No seu íntimo, reconhecia-o na irremediável relatividade dos fins que os via a todos perseguir febrilmente. Pois, o que todos tinham como objetivo era tal aquisição, tal riqueza, tal satisfação, mas porque esta aquisição, esta riqueza, esta satisfação? Decerto ninguém saberia dizê-lo. E Robinson imaginava, sem cessar, o diálogo que certamente acabaria por o confrontar com um destes homens, o comandante, por exemplo... (TOURNIER, 1985, p.211-2)

Por outro lado, quando as forças instituintes emergem, tem-se a possibilidade da produção de novos agenciamentos, desconstituição das tranquilidades e cristalizações, novas composições e arranjos próprios de subjetividades livres e desejantes. O analista institucional está contra a promessa. Pois, assim como nos diz Espinosa: “é aos escravos, não aos homens livres, que damos recompensa por boa conduta” Deleuze (2002). A recompensa do analista institucional é a confiança na incerteza. Quando a instituição tem leis muito solidificadas, estatutos, postos fixos, triangulações óbvias e poderes “vitalícios” se pensa em apenas evitar a morte e não viver a vida. A aposta na criação e o pertencimento neste ato é a liberdade que nos mantém conectados com as forças instituintes.

Como nos diz Lourau (1993, p. 13) “O movimento, ou força de autodissolução, está sempre presente na instituição, embora esta possa ter a aparência de permanente e sólida.” A trama entre instituinte, instituído e de institucionalização faz com que ela seja realidade inacabada, projeto em construção. O instituinte não deve ser pensado como força que resulta em instituído, mas como relação de forças permanentes, que comporta tanto o poder como as singularidades de resistência e produção de novos sentidos. Nas bordas do espaço instituído,

debate-se o espaço instituinte, não previsível e inexato. É um confronto com disputas evidentes e também secretas. Por isso, a instituição não pode ser compreendida somente como algo conservador, sem movimento contrário, face do instituído.

Conforme Barros (2007), a instituição é, portanto, algo jamais acabado ou permanente, já que seu aspecto instituinte – aquilo que é criação no social-histórico – se presentifica em significações instituídas. O instituinte sobrevive encoberto no seio de toda instituição através de seu germe transformador, o desejo, iceberg do qual só vemos a ponta aguda, cuja parte submersa é uma potência energética.

As instituições são como estátuas de areia: mostram-se fixas e desistorizadas, mas os grãos que as compõem estão, ainda que imperceptivelmente, se movimentando, os fluxos não param de se agitar; o mar está ali adiante podendo, a qualquer momento, levar os grãos de areia que compõem estas estátuas fazendo com que elas desapareçam. (BARROS, 2007, p. 96)

Retornamos ao estado de esgotamento referido anteriormente. Se admitimos que a instituição se desfaz, é condição que saibamos que nós estamos em desfazimento e, para isto, é necessário coragem. Não pensar em si como unidade, mas como campo de luta e passagens, ao que Guatarri e Rolnik (1993) denominam de “microgestão dos medos”. Trata-se do cuidado com o limiar de suportabilidade do desmanchamento dos mundos, ativado pelas diferenças, pois a criação em processo revela um modo de subjetivar posto em exposição ao sabor do momento, não sendo possível prever o resultado de antemão. Então, a coragem que precisamos para enfrentar nosso desfazimento está na crença do ato criativo. Sabemos que a partir dele tudo está em suspenso, mas acreditamos e esperamos que virtualidades futuras sejam derramadas e se façam consistir para um agenciamento que possa rearranjar sua existência no fazer existir no mundo.

Para Deleuze (2006a), o instinto e a instituição são as duas formas organizadas de uma satisfação possível. O instinto traduziria as urgências do animal, e a instituição as exigências do homem. Reencontramos a seguinte conclusão: o homem não tem instintos, ele faz instituições.

O animal, através do instinto, obedece integralmente ao relógio cósmico. O homem busca pelo trabalho e pela linguagem organizar o mundo social, humano e a natureza. Assim, para que o desejo possa servir à espécie humana e ao esforço civilizatório, ele precisa ser institucionalizado.

Não há tendências sociais, mas somente meios sociais de satisfazer as tendências, meios que são originais porque eles são sociais. A instituição se apresenta sempre como um

sistema organizado de meios. A tendência é satisfeita por meios que não dependem dela, como refere Deleuze (2006a).

Lourau (1995) considerava toda instituição, “desde o salário até o casamento”, como sendo o resultado da articulação entre três momentos: o momento da universalidade ou o instituído, pelo qual a instituição é reconhecida e nomeada; o momento da particularidade ou o instituinte, que não cessa de negar o momento anterior; e o momento da singularidade, resultado da relação entre os dois momentos anteriores, que é a institucionalização, mediante a qual, a instituição é tensionada e se atualiza na ação dos sujeitos que a constituem. Não estamos afirmando que o analista institucional não componha o instituído, mas busca antever ou visualizar seus perigos e tentações.

Assim, além de compor o instituído, o analista institucional apresenta-se implicado de diferentes formas. O paradigma da implicação permite mostrar as diferentes forças presentes em nosso campo de atuação, fazendo em muitos momentos, emergir acontecimentos e propiciando análises. Lourau (1983) nos apresenta um quadro dessas diferentes implicações. As que estabelecemos, enquanto pesquisadores, com nosso objeto de pesquisa, com a instituição pesquisa ou outra instituição qualquer presente em nossa equipe de trabalho; as referentes às demandas sociais que nos chegam; as relativas aos nossos próprios pertencimentos sociais, políticos, econômicos, profissionais, libidinais e históricos e as implicações com nossas próprias produções acadêmicas, dentre outras.

Como forma de pensar como vêm se dando nossas diferentes intervenções propomos-nos à análise de nossas implicações, já que somos atravessados e constituídos por essas diferentes instituições, criando possibilidades para a emergência de outras formas de pensamento/ação.

Os seres humanos criam as instituições, visando à diminuição do estado de desamparo, inerente à sua condição. Entretanto, quando a estrutura institucional põe-se a serviço não do desejo, mas de privilégios, antiprodução e iniquidades, ela degrada-se, perde seu sentido original e transforma-se num instrumento destruidor de liberdades democráticas. A instituição desvirtuada de seu propósito trabalhará para o avesso da liberdade: a servidão.

Quando a organização do sistema de meios da instituição já não consegue dar conta de suas questões, surge a lei como meio de limitação das ações. A lei traz consigo a opressão. Para Deleuze (2006a) a opressão se mostra quando as leis são aplicadas diretamente sobre os homens, e não sobre as instituições prévias que garantem os homens.

Segundo Deleuze e Guatarri (1996), somos segmentarizados por todos os lados e em todas as direções. O homem é um animal segmentário. Assim, ao criarmos as instituições para dar conta de nossos instintos, estamos deixando, inevitavelmente, a segmentaridade como herança às instituições. Inclui-se, ainda, como herdeiro em nossa sociedade, o Estado, que se exerce sobre segmentos que ele mantém ou deixa subsistir e, ainda possui sua própria segmentaridade e a impõe.

Os indivíduos e as sociedades são atravessados por duas segmentaridades: uma molar e outra molecular que coexistem, passam de uma para outra, pressupondo-se, em um mesmo movimento. A molar, uma segmentaridade dura, na esfera macropolítica e a molecular, flexível, micropolítica. Quanto mais a organização molar é forte, mais suscita uma molecularização de seus elementos, movimentando-se. Os movimentos que nos produzem e produzimos não se dão "em um lago calmo", mas em meio às "ondas do mar" que, assim nos lançam em meio a outros movimentos.

Assim, essa molecularização forma linhas de fuga, que escapam à máquina de sobrecodificação. Esta é uma máquina abstrata que traça as linhas de fuga. Estando ela própria em fuga, erige máquinas de guerra, pois os segmentos duros ou molares não param de vedar, de obstruir, de barrar as linhas de fuga.

Deleuze junto com Guattari, em *Mil Platôs* (1996), aponta que uma das principais direções seguidas se afirma no entendimento de que "uma sociedade (...) parece definir-se menos por suas contradições que por suas linhas de fuga, ela foge por todos os lados, e é muito interessante tentar acompanhar em tal ou qual momento as linhas de fuga que se delineiam" (DELEUZE & GUATTARI, 1996, p. 212).

Então, ao mesmo tempo em que a organização molar se capilariza e acaba cobrindo todo o campo social e privado, os movimentos moleculares que agitam a sociedade não param de trabalhar aqueles conjuntos molares estatais ou interestatais, políticos ou financeiros e comerciais, "como se uma linha de fuga, mesmo que começando por um minúsculo riacho, sempre corresse entre os segmentos, escapando de sua centralização, furtando-se à sua totalização" (DELEUZE & GUATTARI, 1996, p. 94).

Mesmo o que é formado por uma segmentaridade dura ainda contém uma flexibilidade resultado de uma inventividade ou criatividade permanentes que se exercem inclusive contra os regulamentos. O analista institucional encontra formas de resistir buscando tais linhas de fuga, buscando as pistas do instituinte e, portanto, renovando, viabilizando micropolíticas pela ciranda do poder macropolítico.

Contudo, cada segmento molar tem seu centro de poder e o Estado é uma caixa de ressonância para os centros de poder. O funcionamento do aparelho de Estado que se faz presente na captura e conversão do espaço contra tudo que ameaça transbordá-lo. Contudo, cada centro de poder é igualmente molecular, existindo enquanto difuso, disperso, desacelerado.

Assim, qualquer centro de poder possui regiões de potência por ele controladas, campo de indiscernibilidade constituído por micropoderes e fluxos, bem como zonas de impotência, feitas de fluxos que ele não pode controlar ou determinar, as quais viabilizam movimentos de resistência e o traçado de linhas de fuga.

Enquanto analistas institucionais não podemos nos limitar apenas a identificar sistemas de opressão (política, social ou econômica) e oprimidos que neles seriam vítimas, como dois conjuntos molares bem delimitados. Nosso exercício de tornar-mo-nos analistas institucionais está, também, em estudar as linhas de força, isolar os focos de opressão e as linhas de fuga que deles escapam, para seguir os devires de uma multiplicidade de linhas ou dimensões entremeadas, duras ou flexíveis, microscópicas ou macroscópicas. Estar atento às linhas de fuga produtoras de singularização - linhas que afirmam, mesmo que na "fugacidade de um momento", outros modos singulares de sentir, pensar e existir.

O que nos interessa nestes movimentos é o que eles põem em funcionamento, os ruídos e as maquinações de suas máquinas desejanter e a força dos agenciamentos que produzem em suas configurações visíveis e invisíveis o que eles indicam de maquinações em tempos de globalização.

...Eis então o que seria necessário fazer: instalar-se sobre um estrato, experimentar as oportunidades que ele nos oferece, buscar aí um lugar favorável, eventuais movimentos de desterritorialização, linhas de fuga possíveis, vivenciá-las, assegurar aqui e ali conjunções de fluxos, experimentar segmento por segmento dos contínuos de intensidades, ter sempre um pedaço de nova terra... (DELEUZE & GUATTARI, 1996, p. 25)

Contrariando a tradição que ligava o desejo à falta de objeto e a economia política que reduz as relações entre forças à dimensão capital e trabalho, Deleuze e Guattari (1996) afirmam que a economia do desejo e a economia política são uma só: economia de fluxos. Homem e natureza estão imersos em uma "universal produção primária", produtividade de fluxos e cortes de fluxos da produção desejanter, que se caracteriza por produzir sempre o produzir, por injetar produzir no produto, pela produção de produção.

Tal afirmação implica, por um lado, a desnaturalização das análises que inscrevem o campo social em uma dicotomia totalizante e excludente entre molar (macropolítica) e



molecular (micropolítica), seja em uma perspectiva de escala (maior/menor) ou em uma perspectiva de sobredeterminação (do macro sobre o micro). Por outro lado, convoca à uma mudança de lógica, fazendo-nos transitar em um plano de processualidades em que a variação é contínua e as relações são produzidas por conexões de fluxos intensivos e heterogêneos: "tudo é político mas toda política é ao mesmo tempo macro e micropolítica" (DELEUZE & GUATTARI, 1996, p. 90).

Essa variação se dá por uma multiplicidade de interferências que, em suas afirmações diferenciais, produzem ressonâncias tanto inibitórias quanto favorecedoras de proliferações de sentidos e modos de vida como imantações do desejo em uma linha de fuga. As interferências sempre acontecem, queiramos ou não; são potências intervalares que marcam, no estado de coisas, intenções ou rastros de intensões, daí podendo advir os mais belos e os mais monstruosos arranjos. Estas mesmas interferências podem provocar pausas nos movimentos de variação estagnando-nos com seus efeitos anestésiantes e despotencializadores ou, podem funcionar para reunirmos forças para novas proposições e outros modos de existência, abrindo caminho para as potências de virtualização que estes movimentos portam.

Desse modo, a interferência é capaz de fazer o acontecimento ressoar sua potência disruptora, cintilando um conjunto indeterminado de perspectivas que não o esgotam, mas se dispersam e nos lançam em uma miríade de problemas, de sentidos, de transrelações desestabilizadoras que agitam partes do estado de coisas, arrastando-o para novos acontecimentos e composições, fazendo uma conexão entre os acontecimentos.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de análise em instituições põe-se atento as forças potenciais que geram os acontecimentos que se apropriam de reservas conscientes e inconscientes, abrindo fissuras para que o desconhecido venha à tona e seja elaborado. A palavra é condição imprescindível para que esse processo de novas representações aconteça.

É nos encontros que experimentamos os movimentos que nos forçam a problematizar, mais do que a responder; alterando a nossa subjetividade e abrindo-a para o intensivo, já ali, onde os conceitos viram fluxo de intensão e nos conectam no circuito ziguezagueante da coexistência macro/micropolítica.

O analista institucional transita entre questionamentos. Haverá sempre uma nova pergunta a ser feita, já que os fluxos de conhecimento, de afeto, de desejo e de comunicação são valores indestrutíveis e imprevisíveis em suas conexões. Estes fluxos aportam a potência vigorosa das linhas de escape da resistência, cuja multiplicidade afirma-se num revolucionar-se constante. O que está em jogo, aí, é a vida em meio aos riscos de sua dissolução, e também de sua expansão. A vida, como potência de invenção e de metamorfose, pois ela é portadora de coeficientes de liberdade. Assim, a vida se apresenta num entrelaçamento que é uma indicação de múltiplos deslocamentos, múltiplas saídas e múltiplas entradas sempre pontuais. Imersos nestas combinações, como pensar interferências na produção da existência que se aliem a outros modos de se estar nos verbos da vida? Como interferir na produção de uma vida digna de ser vivida?

O analista institucional há de ter paciência e uma 'vontade de interferir' que se constrói em um plano ético-estético-político de experimentação no "limite de nós mesmos", nas linhas de fuga que vazam nos acontecimentos. Interferências como potências virtualizantes que reagem ao campo problemático pela exasperação de problemas. Interferir estando presente em um jogo de forças e, portanto, em um complexo jogo de poderes, entendendo que poder implica sempre correlações plurais de forças.

Trata-se de uma vontade de interferir que, em vez de julgar uma interferência pela sua eficácia no campo das conexões que estejam entre ela e o todo, entre ela e a ocupação da produção social da existência pelo modo capitalista de produção, aprecie as interferências pelos problemas que elas fazem vibrar, pelos problemas que elas intensificam e agitam na imanência, onde pulsa a própria vida em sua errância, em meio aos combates que a própria vida, como campo de imanência variável do desejo, traça. É nos combates e em meio a eles, em seus gritos de dor e de alegria, que nos produzimos e construímos nossas interferências,

sempre com ética na seleção de escolhas que orientam para onde direcionar as setas de nossas linhas de fuga. As interferências que nos interessam se dão numa multiplicidade de ações de teoria e prática que transbordam os insuficientes limites do eixo sujeito-objeto. Não se trata de um interferir de um objeto dado sobre outro objeto dado, de uma unidade predeterminada sobre um sujeito preexistente, porém produzir interferências que façam vazar as multiplicidades que constituem a nós e as coisas.

Por fim, e sem fim, somos sim, analistas institucionais. Não porque escrevemos e estudamos e obtemos títulos, mas por fé inabalável de que a coragem faz a linha de corte entre o que conserva e promete e o que realiza sem certeza. Com talento para afirmar que todos somos instituição. Ela não pode ser referida como terceira. Ela tem nome e aqui são os nomes que assinam esta escrita. Estamos por aí jogando com o sim. Sim, nós somos parte do sólido e somos, também, ilhas. Queremos manter a instituição e ainda assim desmanchá-la, e poder provar o gosto de resistir tanto quanto, ou mais, as esperanças que aguardam o dia em que tudo vai dar certo.

## REFERÊNCIAS

- BAREMBLITT, Gregório F. **Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992.
- BARROS, Regina Benevides de. **Grupo: a afirmação de um simulacro**. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2007 (Coleção Cartografias).
- BARROS, Regina Benevides de; PASSOS, Eduardo. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 16(1), 71-79, 2000.
- BARROS, Regina Benevides de; PASSOS, Eduardo. Subjetividade e Instituição. In: MACHADO, Leila Domingues; LAVRADOR; Maria Cristina Campelo; BARROS, Maria Elisabeth Barros de (orgs.). **Texturas da Psicologia: Subjetividade e política no contemporâneo**. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2001.
- CARROLL, L. **Alice no país das maravilhas. Alice no país do espelho**. São Paulo: Abril Cultural, 1972.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Guardiões da Ordem**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- DELEUZE, Gilles. Spinoza e as três “Éticas”. In: DELEUZE, G. **Crítica e clínica**. São Paulo: Ed. 34, 1997, p. 162-3.
- DELEUZE, Gilles. **Diálogos**. São Paulo: Ed. Escuta, 1998.
- DELEUZE, Gilles. **Espinosa: filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002.
- DELEUZE, Gilles. **A ilha deserta**. São Paulo: Iluminuras, 2006a.
- DELEUZE, Gilles. **Lógica do Sentido**. São Paulo: Perspectiva, 2006b.
- DELEUZE, Gilles. **A dobra: Leibniz e o Barroco**. 4. ed. Campinas: Papirus, 2007.
- DELEUZE, Gilles. **Sobre o teatro: Um manifesto de menos; O esgotado**. Trad. Fátima Saadi, Ovídio Abreu, Roberto Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia**. São Paulo. Ed. 34, 1992.
- DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, vol. 3, 1996.
- DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, vol. 4, 1997.

GUATTARI, Felix. **As três ecologias**. Campinas: Papyrus, 2001.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1993.

HARDT, Michael e NEGRI, Antônio. **Multidão: Gerra e Democracia na era do Império**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

PELBART, Peter. **A vida Capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

LÉVY, Pierre. **Inteligência Coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

LÉVY, Pierre. “Plissê fractal”. (Trad. Soraya Oliveira.) In: **Cadernos de Subjetividade: o reencantamento do concreto**. São Paulo: Hucitec, EDUC, 2003, p. 23-37.

LOURAU, René. Genèse du concept d'implication. **Pour**, n. 88, Paris, 1983.

LOURAU, René. Análise Institucional e Práticas de Pesquisa. In: **René Lourau na UERJ**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

LOURAU, René. **Análise Institucional**. Petrópolis: Vozes, 1995.

LOURAU, René. Objeto e método da Análise Institucional. In: ALTOÉ, Sônia (org). **René Lourau: Analista Institucional em tempo integral**. São Paulo: HUCITEC, 2004a.

LOURAU, René. O instituinte contra o instituído. In: ALTOÉ, Sônia (org). **René Lourau: Analista Institucional em tempo integral**. São Paulo: HUCITEC, 2004b.

LOURAU, René. O Estado na análise institucional. In: ALTOÉ, Sônia (org). **René Lourau: Analista Institucional em tempo integral**. São Paulo: HUCITEC, 2004c.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma e reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

PEIXOTO, N. B. O olhar do estrangeiro. In: NOVAES, A.(Org.). **O Olhar**. São Paulo: Cia da Letras, 1988. p. 361-365.

TEIXEIRA, R. R. A grande saúde: uma introdução à medicina do Corpo sem órgãos. **Interface – Comunic., Saúde, Educ.**, v.8, n.14, p.35-72, set.2003-fev. 2004.

TOURNIER, M. **Sexta-Feira ou os índios do Pacífico**. São Paulo: Difel, 1985

ULPIANO, Cláudio. **Uma nova imagem do pensamento**. 2014. Disponível em <http://claudioulpiano.org.br.s87743.gridserver.com/?p=6873#more-6873>.

ZOURABICHVILI, F. **O vocabulário de Deleuze**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 2004.